

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Venda da Eletrobras será por projeto de lei	1
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: 'União deve ficar com cerca de 40% da Eletrobrás	2
Título: Após um ano fora, Petrobrás volta a apoiar GP no País	5

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA E BÁRBARA NASCIMENTO****Título: Venda da Eletrobras será por projeto de lei**

Decisão do governo pode atrapalhar planos de acelerar privatização

-BRASÍLIA- Em uma decisão que pode atrapalhar os planos da equipe econômica de acelerar a privatização da Eletrobras, o presidente Michel Temer afirmou a aliados que vai enviar ao Congresso a proposta de venda da empresa por meio de um projeto de lei. Inicialmente, o governo queria que esse assunto fosse discutido via medida provisória (MP).

A diferença entre os dois instrumentos legislativos é a velocidade de tramitação da proposta. Enquanto a MP entra em vigor imediatamente após a publicação, o projeto de lei só passa a valer depois de ser aprovado na Câmara, no Senado e ser sancionado pelo presidente da República. Uma MP também tem prazos para ser votada, enquanto um projeto de lei depende da vontade dos dirigentes do Congresso.

RESISTÊNCIA NA BASE ALIADA

A discussão sobre a forma como o governo envia as pautas econômicas para os parlamentares cresceu nas últimas semanas com a necessidade de encaminhar as medidas de ajuste fiscal para 2018. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e integrantes da base aliada vêm se mostrando contrários ao excesso de MPs e preferem que as propostas sejam entregues em formato de projeto.

A avaliação feita pela ala política do governo foi que a privatização da Eletrobras é um tema muito sensível e polêmico para ser discutido via MP. O governo sabe que encontrará resistência até mesmo entre parlamentares da base aliada para aprovar a privatização. Deputados de Minas Gerais, por exemplo, lançaram uma frente parlamentar contra a privatização de Furnas; enquanto políticos do Nordeste são contra a venda da Chesf.

Para técnicos envolvidos na privatização, o governo e aliados precisam mostrar "compromisso" com a venda da estatal. Se houver "comprometimento", disse essa fonte, não vai importar a forma como o tema chegará ao Congresso. A venda da empresa é fundamental para a União fechar as contas em 2018. O Orçamento do próximo ano prevê receitas de R\$ 12,2 bilhões decorrentes da operação.

Ao defender ontem a privatização, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o mesmo processo foi feito antes com outras estatais, o que possibilitou a elas virarem grandes empresas. Ele citou a Vale, que foi vendida em 1997, como caso de sucesso. Segundo Oliveira, hoje a empresa é uma das maiores do mundo, mas, quando estatal, "era apenas uma pequena empresa brasileira que só dava prejuízo":

— A Eletrobras pode ser uma grande do mundo, pode ser uma Vale.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Irany Tereza Idiana Tomazelli Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Título: 'União deve ficar com cerca de 40% da Eletrobrás

Entrevista - Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento

Ministro espera que a privatização da estatal de energia ocorra pelo menos até julho do ano que vem

O governo vai reduzir sua participação no capital da Eletrobrás para cerca de 40%, disse ontem, o ministro do Planejamento Dyogo Oliveira. A União detém,

atualmente, pouco mais de 60% das ações com direito a voto. No anúncio da privatização da companhia, o governo informou que reduziria a parcela para menos da metade, mas não informou o percentual. Em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast, o ministro deu mais detalhes sobre o processo, falou da distribuição de recursos do futuro desbloqueio do Orçamento e da estratégia do governo para aprovar as medidas do ajuste ainda este ano. Leia a seguir trechos da entrevista:

Como será a privatização da Eletrobrás?

O caso mais parecido é o da resseguradora IRB. É feito um aumento de capital, no caso do IRB muito pequeno, e com esse pequeno aumento de capital a União mantém sua posição enquanto o capital total da empresa aumenta. Com isso, a participação da União se dilui. É importante explicar isso, porque nós não vamos vender a Eletrobrás, vamos capitalizá-la. Exatamente para que a Eletrobrás volte a investir, a crescer, a ser uma empresa com capacidade financeira. O governo hoje evidentemente não tem capacidade de capitalizar a Eletrobrás com recursos do Tesouro. A participação da União é de quase 60%. Estimo que, com a operação, vai ficar pelo menos em 40%.

Quanto pode render a operação?

Fala-se em R\$ 30 bilhões. O que nós colocamos no Orçamento foram R\$ 12,2 bilhões. Depende de vários parâmetros. Por exemplo, essa questão do São Francisco (uma parte das usinas do grupo Eletrobrás fica no rio e tem enfrentado dificuldades com a seca). Se a gente coloca um valor mais alto ou mais baixo, reduz esses R\$ 30 bilhões que se fala como possível. Mas isso é estimativa de mercado.

Isso seria para quando?

O ideal é que isso ocorra pelo menos até julho do ano que vem. Esse é o ideal, não sei se a gente vai conseguir, é um processo complexo.

O sr. pretende fazer uma nova liberação do Orçamento deste ano, antes do prazo de 22 de novembro. Já tem ideia de quanto?

Eu gostaria de poder liberar uns R\$ 30 bilhões (risos), mas acho que não vai ser possível. Hoje não tenho nenhum número para dizer, porque a Receita Federal só vai ter a primeira prévia da arrecadação ocorrida em outubro na segunda-feira, para saber se veio dentro do esperado ou não.

Mas o dinheiro que sobrar vai primeiro para onde?

A priorização será para manutenção das obras em andamento. Aí tem vários (ministérios): Defesa, Transportes, Cidades, Integração Nacional. A preocupação é não ter paralisação de obra. Além disso, tem o custeio de alguns órgãos importantes, por exemplo, a própria Defesa. Outros órgãos precisam de dinheiro para custeio, principalmente funcionamento da área de tecnologia, pagamentos ao Serpro, tem uma série de órgãos ainda em dificuldade para esse custeio de funcionamento. Mas o principal é investimento para continuidade das obras, nada de obra nova.

O Orçamento prevê reajuste do Bolsa Família no ano que vem?

Orçamento não prevê nenhum reajuste, ele prevê um valor. Esse valor, ao longo do ano, você pode alocar para colocar mais gente ou dar reajuste para quem já está dentro do programa. Não há nenhuma decisão em relação a isso, se vai ter ou não reajuste.

Qual vai ser a estratégia do governo para aprovar medidas consideradas impopulares para garantir a meta fiscal de 2018?

O governo acabou de ter uma votação expressiva no Congresso na questão da denúncia (contra o presidente Michel Temer). O relacionamento entre governo e Congresso sempre exige cuidados. As medidas foram previamente discutidas, inclusive com algumas lideranças. Houve todo um processo de avaliação das alternativas que existiam, e essas foram justamente as que foram consideradas as mais viáveis.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reclamou do excesso de Medidas Provisórias (MPs) enviadas pelo governo. Mesmo assim, o governo voltou a encaminhar as ações do ajuste por MP. Por quê?

O problema é que essas medidas têm de cumprir a regra de noventa. Então, mesmo que houvesse aprovação dos projetos de lei ainda este ano, eles só entrariam em vigor após 90 dias. No caso da tributação de fundos (exclusivos) e do aumento da contribuição previdenciária (dos servidores) tem que haver noventa. Isso foi conversado e explicado ao Rodrigo Maia, mas é natural que o presidente da Câmara prefira projetos de lei, porque a MP acaba tendo uma tramitação compulsória que afeta as outras pautas da Casa.

O governo está preparando uma nova redução da idade mínima para o saque do PIS/Pasep?

Me trouxeram essa ideia, e o pessoal está avaliando e fazendo as contas para saber o impacto disso. Eu nem apresentei isso ao presidente Temer, por exemplo. Ainda estou aguardando para ter uma avaliação mais detalhada disso.

Como compatibilizar a votação das medidas e a da reforma da Previdência. Qual é mais urgente?

A prioridade total é para a Previdência.

Se votar a reforma da Previdência e não votar o pacote de medidas para o Orçamento, o governo está no lucro?

Eu não diria isso. Nós vamos tentar votar todas as medidas. Agora, a prioridade, claro, é para a reforma da Previdência porque isso muda tudo. É uma reforma estrutural que muda a percepção das contas públicas. No caso da Previdência, isso torna o sistema menos distorcido e injusto do que é hoje.

Se alguma dessas medidas para 2018 não for aprovada por algum motivo, como o governo vai resolver a equação do Orçamento?

O Orçamento terá de ser readequado para isso. Ou substituindo a receita ou reduzindo a despesa em montante proporcional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Esportes

Autor: Felipe Rosa Mendes

Título: Após um ano fora, Petrobrás volta a apoiar GP no País

Estatual volta a colocar dinheiro na corrida, mas etapa ainda ficará em déficit, que será bancado pelo promotor do evento

A Petrobrás voltará a patrocinar o GP do Brasil de Fórmula 1 neste ano. Após ficar de fora da edição de 2016, a empresa estatal voltará a expor sua marca na etapa a ser disputada no Autódromo de Interlagos, nos dias 10, 11 e 12 de novembro, em São Paulo. O patrocinador master continuará a ser a Heineken, que tem acordo até 2018. A estatal acertou contrato de um ano, renovável por mais um. O retorno da empresa foi confirmado ao Estado pelo promotor do GP brasileiro, Tamas Rohonyi. "A Petrobrás voltou", disse o responsável pela corrida paulistana, ao comemorar o acerto. "É importante pelo prestígio que a empresa traz para o GP."

O retorno da estatal, que já havia patrocinado o GP entre os anos de 2009 e 2015, vem em boa hora para as contas do evento. "Em termos totais de rendimento, foi bom porque perdemos o apoio do Banco do Brasil neste ano. Assim, mantivemos o equilíbrio", declarou Rohonyi. Apesar do reforço no caixa, o GP segue com déficit. Neste ano, a etapa deve dar prejuízo de US\$ 30 milhões – R\$ 97 milhões. É número semelhante ao ano passado, quando em valores

convertidos atingiu a marca negativa de R\$ 98 milhões. O promotor do GP ressalta que operacionalmente a corrida fecha as contas. "Não perdemos dinheiro na operação do GP. Mas falta algo na faixa de US\$ 30 milhões, que são despesas internacionais", disse Rohonyi. Esses custos são bancados pela Formula One Management (FOM), que passou a ser controlada pelo grupo Liberty Media em janeiro deste ano. "Normalmente, é o promotor da corrida que paga esses valores. Mas, como não temos esse dinheiro, a FOM assume essa despesa a contragosto. Eles não estão gostando disso, mas é um fato da vida."

O prejuízo causa preocupação no promotor porque os novos proprietários da Fórmula 1 ainda não se manifestaram sobre as contas do GP brasileiro. Desde que assumiu a categoria, o grupo norte-americano teve pouco contato com os organizadores da prova disputada em São Paulo. "Ainda não conseguimos sentar com eles para saber qual é o plano deles." No ano passado, o então chefe da F-1, Bernie Ecclestone, ameaçou cortar o GP do calendário em razão dos prejuízos. Ele chegou a se encontrar com o presidente Michel Temer, em Brasília, para avaliar possível ajuda do governo federal à etapa brasileira da principal categoria do automobilismo mundial.

Mas não teve sucesso. Ecclestone acabou mantendo a etapa brasileira no calendário. Tamas Rohonyi quer aproveitar a corrida deste ano para se aproximar dos novos proprietários e conhecer suas ideias e planos a longo prazo. Além da questão do prejuízo, o promotor pretende conversar com sobre o futuro do GP em São Paulo. Por contrato, a corrida será disputada na cidade até 2020. Mas as negociações para renovar o vínculo já devem começar em 2018. O promotor da corrida, contudo, ainda não sabe com quem negociará porque o Autódromo de Interlagos será privatizado. Pelos planos do prefeito João Doria, o circuito irá a leilão até abril do próximo ano

MME / ASCOM .